

4. Conceito de Paralisia Cerebral construído pelos Professores

Como descrevemos no capítulo II, a Paralisia Cerebral é uma lesão neurológica que ocorre num período em que o cérebro ainda não completou seu desenvolvimento, podendo se dar antes, durante ou depois do nascimento, evidenciando quadros clínicos que podem apresentar alterações na coordenação motora, no equilíbrio corporal e na fala. Os alunos portadores de paralisia Cerebral não apresentam, necessariamente, nenhum déficit cognitivo. Vimos também que há pouco conhecimento de parte dos professores quanto a este conceito, fazendo com que seu trabalho fique pautado no universo consensual, sem que haja uma reflexão pautada nas reais potencialidades destes alunos.

O exame das respostas dadas pelos professores sobre o conhecimento do que é a Paralisia Cerebral permitiu que as grupássemos em quatro tipos de respostas: as que continham alguns elementos corretos, mas com a formulação do conceito incompleta; as que continham a formulação do conceito errado; as que afirmavam ter conhecimento, mas se abstiveram de formular o conceito e as que afirmavam desconhecimento da deficiência.

- **Respostas que continham alguns elementos corretos com a formulação de conceito incompleta.**

Este tipo de posicionamento nos mostrou que alguns professores puderam expressar uma vaga idéia sobre o assunto, porém a falta de algumas informações essenciais faziam com que as definições emitidas estivessem influenciáveis pelo senso comum, como, por exemplo, esta fala:

“ PC é o que tem um comprometimento neurológico.”

Respostas como essa pouco caracterizam a deficiência deste aluno, pois lesões causadas por: aneurisma cerebral, acidente vascular cerebral, traumatismo craniano e outras síndromes também apresentam seqüelas relacionadas ao sistema nervoso central, o que evidencia um comprometimento neurológico.

Semelhante à afirmação anterior, encontramos outras, nas quais, apesar dos professores mostrarem algum conhecimento, nos parece que este saber advinha de informações incompletas como:

“É, é, é, isso aí é de nascença. A criança nasce assim, ou tem um problema durante o parto, que afeta o cérebro, não é isso?”

“Eu sei que é na hora do parto que ocorre. É isto que eu tenho mais ou menos uma idéia. É falta de oxigenação no cérebro na hora do parto. Não sei se é exatamente isso.”

“... pessoa pode nascer ou ter até posteriormente isto...”

Fica claro para nós que os três trechos, aliás retirados de entrevistas diferentes, apresentam falta de convicção nas afirmações e informações inconsistentes, pois não mencionam as causas nem as conseqüências.

O primeiro trecho, além de não definir qual é esse problema, também expõem a idéia de que é de nascença, quando diz, “A criança nasce assim, ou tem um problema durante o parto”, dando a entender que a Paralisia Cerebral não pode ocorrer após o nascimento, o que é um engano, pois, como já foi mencionado no início deste capítulo, essa deficiência pode ocorrer mediante qualquer lesão cerebral que se dê no período em que o cérebro ainda estiver em formação.

Novamente está concepção incorreta apreço no segundo trecho, apesar do professor afirmar que a Paralisia Cerebral só pode ocorrer na hora do parto, o que é também incorreto, ele nos acrescenta uma informação correta quando afirma ser uma falta de oxigenação no cérebro na hora do parto.

O terceiro trecho, apenas mencionado em que período a Paralisia Cerebral pode ocorrer, não formula mais conceito algum.

Outra forma de abordar a questão foi encontrada nas definições formuladas por professores que demonstraram um tipo de conhecimento que é fruto do que lhe é percebido através do convívio com o aluno, sustentado em informações sem embasamento científico. Num universo consensual, esses professores expressam suas definições através de informações colhidas no seu cotidiano, durante a execução de seu trabalho em sala de aula. Isso se tornou evidente, como podemos observar, nestas definições dadas:

“Eu sei que é a pessoa que não tem os movimentos normais ou tem alguma dificuldade, e se torna, é classificado, como deficiente de alguma coisa.”

“Saber ao fundo, na medicina, não. Mas a gente vê que é um aluno que tem algumas partes do organismo que não acompanham o movimento muscular”

“Praticamente, a criança não tem coordenação motora, as vezes, não tem coordenação visual.”

Estas falas nos mostram que esses professores permaneceram no que observaram, sem se apropriar de um conhecimento mais amplo, que extrapole as informações obtidas durante suas observações feitas em sala aula, através de sua relação com este tipo de aluno e da relação deste aluno com o resto de sua classe.

Colocações como estas, além de se situarem no campo sensível das percepções, também podem trazer informações equivocadas, pois, como já foi dito, em se tratando de um aluno portador de Paralisia Cerebral, não podemos generalizar suas características psicomotoras para todos os alunos que apresentam esta mesma deficiência, como é o caso dos professores que se expuseram a respeito do assunto da seguinte maneira:

“Ah, é quando a criança não pode se locomover, mas ela tem alguma paralisia. O cérebro não comanda aquela parte, mas ela tem inteligência, eles são todos muito inteligentes, eles só têm dificuldade de se expressar, alguns não escrevem, mas são muito inteligentes, inclusive, tem uma menina que agora já se formou em advogada, e ela anda de cadeira de rodas. Não tem nenhum movimento, e ela quer ser juíza. Foi aluna daqui.”

Apesar desse professor reconhecer o potencial intelectual deste aluno, ele afirma que a criança portadora de Paralisia Cerebral, não pode se locomover. Tal afirmação nos mostra um dos enganos que podemos cometer quando baseamos nossas conclusões simplesmente na observação de um único aluno, sem procurarmos conhecer esta deficiência num sentido mais amplo. Esse tipo de generalização é prejudicial para o professor, que além de disseminar uma informação errada, tanto para comunidade interna da escola, quanto para as pessoas de seu convívio externo, não saberia reconhecer esta deficiência em um outro aluno que não apresentasse tais características.

Quanto aos professores que não fazem inclusão desses alunos em sua sala de aula, nenhum nos forneceu resposta contendo uma definição correta completa. Como por exemplo o professor que:

“Saber ao fundo, na medicina, não. Mas a gente vê que é um aluno, que tem algumas partes do organismo que não acompanham o movimento muscular”

Isso nos mostra que esses professores nunca tiveram interesse em buscar informações sobre esse tipo de aluno, apesar de trabalharem em escolas que fazem a inclusão desses alunos.

- **Respostas que continham formulação de conceito errado.**

Nas respostas examinadas em relação a esta questão conceitual, obtivemos três respostas que continham formulação de conceito errado.

A primeira fala, na qual encontramos uma afirmação que não condiz com uma característica real do aluno portador desta deficiência, foi de um professor que, apesar de possuir um aluno portador de Paralisia Cerebral em sua sala de aula, não se valeu nem da sua própria experiência fazendo a seguinte colocação:

“Uma perda, uma parada do raciocínio da opção, do pensamento, do pensamento lógico.”

Esta sentença está totalmente equivocada, pois a perda desses atributos não caracteriza, de modo algum, a Paralisia Cerebral. Em primeiro lugar, porque a capacidade de pensamento de nenhuma pessoa pode ser mensurada somente através das expressões deste pensamento. Esses alunos podem ter dificuldades em demonstrar seu pensamento através dos canais convencionados para os outros alunos. Cabe ao professor criar alternativas para que esse aluno possa mostrar o que guarda no seu mundo interior. Coll, Palacios e Marchese (1995), endossam, com muita propriedade, tanto essa dificuldade deste aluno, quanto a busca de auxílios pedagógicos, ao afirmar que:

Embora, como já dissemos, muitas crianças com P. C. mostrem, freqüentemente, uma capacidade de compensação e substituição extraordinária em relação aos que

têm sido considerados mecanismos essenciais para o desenvolvimento cognitivo, suas limitações para explorar e manipular o meio, para falar, para escrever, etc, podem significar, em muitos casos, que, sem auxílios pedagógicos adequados, estes alunos não conseguem pôr em prática suas potencialidades intelectuais (p.259).

Com base nesses autores, podemos concluir, em primeiro lugar, que a colocação deste professor, anteriormente citado, não é apenas prejudicial, por conter informações errôneas, mas principalmente por justificar um imobilismo na busca de mecanismos de auxílios que possam facilitar a capacidade da expressão de pensamento deste aluno; em segundo lugar, porque esta deficiência não acarreta, necessariamente, a perda de potenciais cognitivos. Isso evidencia a total falta de formação e de informação deste professor, o que pode acarretar um prejuízo ao aluno que, mediante esse ponto de vista, é provável que tenha sua participação limitada ou mesmo excluída de toda e qualquer atividade realizada em sala de aula .

Na segunda resposta, encontramos a fala de um professor que comparou os alunos portadores de Paralisia Cerebral com a clientela que frequenta a APAE e que segundo este professor, há casos de alunos, nesta instituição , que lhe parecem agressivos.

“A experiência que eu tive através dos alunos... eu nunca tive. Não tenho casos em minha família, a não ser subir e descer a rua Bom Pastor, por causa da APAE, só que lá os casos me parecem ser muito mais graves do que os alunos que nós temos aqui. Os alunos aqui são tranquilos, praticamente equilibrados, mas há alunos ali que são agressivos, até com os responsáveis que vão apanhar.”

Apesar desse professor fazer alguma diferenciação positiva em favor dos alunos portadores de Paralisia Cerebral , tal comparação se torna absurda, pois, entre as seqüelas de Paralisia não está registrado nenhum distúrbio psíquico. Podemos também observar que esse professor tem algumas dúvidas quanto a essa estabilidade psíquica pois , a palavra praticamente coloca em duvida se existe ou não alguma disfunção desta ordem

A terceira afirmação adveio de um professor que não trabalha com este tipo de aluno e que abordou o assunto da seguinte maneira:

“Bem, são pessoas que têm uma deficiência que elas não desenvolvem a parte da psicomotricidade, mas elas têm um raciocínio quase normal.”

Aqui, também há dois erros. O primeiro erro está em salientar que este aluno não desenvolve a parte da psicomotricidade, pois, com pouquíssimas exceções, esses alunos sempre apresentam algum desenvolvimento nesta área. O segundo erro diz respeito ao item raciocínio, pois a palavra quase nos dá a impressão de que ele não pode, pela patologia que apresenta, ser normal, o que é uma inverdade. Como já mencionamos, uma parte significativa do universo de pessoas que apresentam seqüelas de Paralisia Cerebral, tem a habilidade de raciocínio equiparada ao parâmetro normal. Quanto à frequência deste equívoco quanto o potencial de habilidades cognitivas, como o raciocínio, Kirk e Gallagher (1996) nos fornece, para tal fato, a seguinte explicação:

...há uma tendência a se supor que as crianças com Paralisia Cerebral são deficientes mentais. Existe uma relação reconhecida entre as duas condições, pois qualquer problema genético ou ambiental que danifique o sistema nervoso central, o bastante para causar a Paralisia Cerebral – um dano no sistema motor – pode causar danos suficientes no córtex cerebral e produzir a deficiência mental. Mas a relação não é, de modo algum, universal (p.418).

Esses autores nos alertam para o fato de não associarmos a deficiência mental à Paralisia Cerebral, porque, apesar de poder ocorrer tal associação, esta só pode ser comprovada, mediante um longo período de intervenção escolar, no qual todos os caminhos, possíveis, sejam esgotados.

- **As respostas que afirmavam ter conhecimento mas se abstiveram de formular um conceito.**

Esse tipo de resposta foi dada por professores entrevistados, que afirmavam saber o que é a Paralisia Cerebral, mas que não complementaram tal afirmação com nenhum tipo de informação referente à conceituação desta deficiência. Tais posicionamentos, encontrados em diferentes entrevistas, podem ser observados em respostas que continham expressões ou mensagens lacônicas, tais como:

“Sei.”

“Sei, é lógico”.

“Mais ou menos, né?”

Ou então iam um pouco além ,mas, na verdade, sem revelar nenhum conhecimento

“A gente houve falar, mas explicar eu não saberia”

“Eu tenho alguns conhecimentos que a gente lê, né? Livros, documentos e até mesmo conversando com outras pessoas e professores, que já tiveram pessoas com este problema”

“Bom, se me perguntar isto assim, de repente, eu tenho uma idéia, eu acho que sim, mas.....”

“Eu tenho uma leve idéia. Não tenho uma coisa mais formal sobre o assunto.”

“ Tenho só uma noção superficial”

O uso dos termos: sei, sei, é lógico, ou as que passavam uma leve idéia, não nos foi suficiente para verificar e avaliar qualquer conhecimento. Mesmo o professor que disse ter realizado leituras sobre o tema não nos forneceu nenhuma informação a respeito do mesmo

Talvez esses tipos de colocações tenham sido dadas por professores que possuem receio de expor informações incompletas ou erradas. Porém, se assim o fizeram, nos impediram de conhecer o que realmente sabem ou pensam sobre o assunto.

Observamos também este tipo de posicionamento em quatro professores que nunca ministraram aulas para alunos portadores de Paralisia Cerebral. Sendo que três destes foram incisivos quanto ao uso apenas da palavra sei, e apenas um disse ter uma noção superficial da Paralisia Cerebral:

“Tenho só uma noção superficial”

Infelizmente tal “pseudo-conhecimento”, pode gerar equívocos que refletirão nestes alunos, visto que se este professor receber um dia um aluno portador de Paralisia Cerebral, não saberá lidar adequadamente com suas peculiaridades.

- **Respostas que afirmavam desconhecimento da deficiência.**

Somente quatro dos professores entrevistados declararam ter desconhecimento da deficiência para nos fornecer informações sobre a Paralisia Cerebral. Deste universo, dois professores tinham estes alunos incluídos em sala de aula, e outros dois nunca possuíram alunos com esta deficiência em suas classes. Os professores que recebiam alunos com seqüelas de Paralisia Cerebral, em sala de aula, expressaram tal desconhecimento mediante colocações como:

“Paralisia Cerebral não sei, que eu nunca estudei sobre isso, não sei não, deve ter algumas limitações, não é isso? Não sei o que é, o que causa, eu não sei.”

“Não, como eu deveria saber, quer dizer, dentro da situação clínica mesmo, o que isso afeta, o que isso não afeta. Eu não tenho, presumo, não é, por questões lógicas, o que isto afete, mas não tenho assim.”

Na primeira colocação o professor assume sua falta de conhecimento teórico, dizendo nunca ter estudado sobre este assunto. A segunda fala declarou não saber dentro da situação clínica, apesar de presumir o que é a Paralisia Cerebral por questões lógicas; esse professor não nos explicita quais são essas questões. Aqui novamente aparece, não só a falta de conhecimento científico, mas também o medo de expor uma opinião baseada no universo consensual. Esses dois fatores aparecem, novamente, como podemos observar nas falas dos dois professores que nunca tiveram em sua sala de aula alunos portadores de Paralisia Cerebral:

“ Não, eu posso imaginar. Mas eu não tenho uma informação precisa.”

“PC, ela afeta você como um todo. Mas eu não posso dizer, eu não tenho conhecimento profundo, nunca me dediquei a isso, o que eu sei é geral, que ela sempre limita estas pessoas de alguma forma.”

Essas falas tanto de professores que trabalham com a inclusão destes alunos, quanto dos que não se depararam, ainda, com esta situação, nos revelam uma total falta de conhecimento, o que, certamente, vai influir na capacidade para lidar com as necessidades educacionais especiais desta clientela.